

Nova Carta pode afastar capital externo

Sérgio Miguel

São Paulo — As restrições aos investimentos estrangeiros aprovadas pelo Congresso Constituinte poderão levar a uma queda dessas aplicações no País a curto prazo. É o que se depende dos contatos com membros das câmaras de comércio internacionais instaladas em São Paulo. Cautelosos, esses empresários não fazem comentários incisivos, mas deixam transparecer no mínimo uma ponta de decepção. “Por que um investidor estrangeiro iria aplicar no Brasil, para enfrentar restrições e incertezas, se Portugal e Espanha lhes dão garantias e até incentivos?”, pergunta um dos entrevistados.

Mas eles mantêm a esperança de que as coisas “poderão melhorar, após as regulamentações”.

Koji Nishida, secretário-geral da Câmara do Comércio e Indústria Japonesa no Brasil, diz: “No momento, estamos analisando as decisões do Congresso Constituinte, a exemplo dos investidores japoneses. O momento é de reflexão, mas achamos que as decisões não são muito favoráveis ao capital estrangeiro. É uma pena”.

Nishida acrescenta que “enviamos regularmente aos investidores japoneses relatos das decisões dos constituintes. A imprensa japonesa noticiou que o Brasil poderia restringir todas as aplicações, e agora estamos procurando corrigir essa informação exagerada. Vamos até promover um seminário para esclarecer os investidores, tentando atraí-los. O fato é que não temos boas perspectivas, mas continuamos com esperanças de melhorias após a regulamentação da legislação. Nossa luta continua, sempre torcendo pelo Brasil”.

Incertezas

Já os árabes, que nunca fizeram grandes investimentos no Brasil, deverão ficar ainda mais retraídos. Nelson Daher, diretor de comércio exterior da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, não tem muitas esperanças: “Só há duas experiências bem-sucedidas de investimentos árabes em nosso país: a Associação Kuwait-Volkswagen e o Banco Brasileiro-Iraquiano, em que o Banco do Brasil e o governo do Iraque detêm 50% do capital, cada um. Houve uma terceira experiência, mal-sucedida, através do BNDES, que poderia ter aberto o caminho para aplicações maciças. Depois, os banqueiros fizeram empréstimos, mas a moratória trouxe reflexos negativos”.

Segundo Daher, “os árabes não conseguem entender uma inflação de 25% ao mês. O Brasil é um mundo novo, para eles. As embaixadas não promovem o país como deve-

riam. Eles não vêem uma estabilidade econômica que lhes assegure o retorno justo ao capital. Com tantas dúvidas, os árabes ficam na segurança das aplicações nos Estados Unidos e Europa”. Daher acredita que “a nova legislação não prejudicará as empresas estrangeiras já estabelecidas, pois estas saberão adequar-se. Mas acho difícil um investidor que desconheça o Brasil arriscar-se a aplicar aqui, a legislação não é atraente. Há muitas restrições”.

Possíveis revisões

Samuel Allen, secretário-geral da Câmara Britânica do Comércio no Brasil, fez um “comentário informal” em nome da entidade, ressaltando que nenhuma reunião foi feita até agora para discutir o assunto.

A Câmara Britânica, segundo Allen, registra “uma certa decepção” ante o fato de as sugestões da Fiesp e de setores empresariais terem sido rejeitadas pelo Congresso Constituinte. Ele acrescenta que “vários associados estarão avaliando suas posições estratégicas em vista das novas leis e de quaisquer regulamentações, e farão seus próprios julgamentos a respeito de seus planos para o futuro, os quais poderão ser desmotivados pela nova legislação”. Allen observou que apesar dos problemas conjunturais “temos fé no futuro do Brasil”.

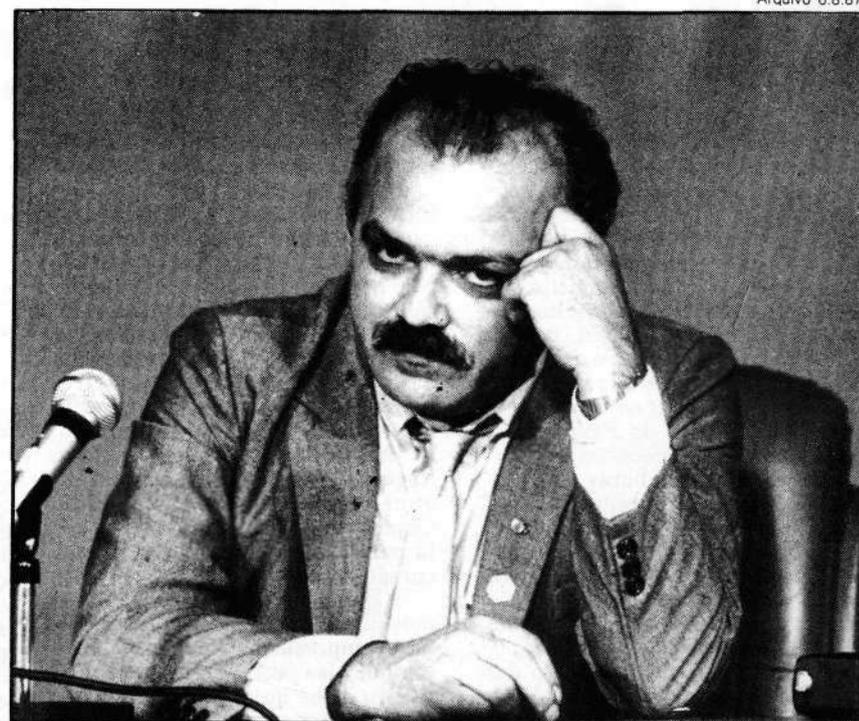
“A retórica está vencendo”

Christopher Lund, presidente da Câmara Americana de Comércio para o Brasil, preferiu uma abordagem mais filosófica sobre o tema: “Confio demais no sistema democrático. É fundamental que a democracia brasileira se fortaleça, pois só através de seu exercício será possível lutar pela melhoria de situações que os diversos setores da vida nacional considerarem injustos. É o caso das restrições ao capital estrangeiro. Creio que muitas das restrições vão se mostrar inviáveis”.

E acrescenta, conceitualmente: “Qualquer governo, em qualquer regime, tem o compromisso de melhorar a vida de todos os governados. A escolha do sistema econômico é um meio para se alcançar esse objetivo, não um fim. Ou o governo melhora o nível de vida de seus cidadãos, ou contraria esse compromisso. O crescimento vem da aplicação da poupança interna, complementada pela poupança externa. Vejam o Gorbachev, vejam a China, estão atrairdo capitais estrangeiros. Com as restrições aprovadas, o investidor estrangeiro não vai aplicar no Brasil. Mas acredito que, com o tempo, haverá mudanças positivas. No momento, a retórica está vencendo”.



Lula acha que restrições constitucionais ao capital estrangeiro são pequenas. Medeiros, entretanto, as vê como “burras”



Câmara alemã vê “discriminação”

Rolf Lochner, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha e da Bayer do Brasil, acha que “do ponto de vista do capital estrangeiro, a nova Carta é restritiva, discrimina empresas pela origem do capital e cria privilégios para algumas. Não gostamos disso, e ao longo de todo o trabalho do Congresso Constituinte procuramos levar nossos pontos de vista aos congressistas. A tarefa agora é ajustar-nos aos novos tempos”.

Lochner acrescenta que enquanto não se fizerem as regulamentações da nova Constituição “somente os pregadores das catástrofes temerão pelo futuro do País. Entendemos que os investimentos já programados não serão cancelados por causa da nova Constituição”.

Mas o ritmo desses investimentos poderia ser mais acelerado se os constituintes tivessem optado pela não-discriminação das empresas de capital estrangeiro”. Segundo o presidente da Bayer do Brasil, a nova Constituição trará “a regionalização da vida brasileira. O ritmo do País não correrá mais somente ao compasso de Brasília, mas será influenciado pelos Estados e municípios. Os empresários devem observar esse fenômeno com muita atenção”.

Medeiros é contra as restrições

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do município de São Paulo, Luiz Antônio de Medeiros, ligado à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), critica a presença de restrições ao capital estrangeiro no texto constitucional. E explica: “Isso engessa o Governo. A relação com o capital estrangeiro deve fazer parte de uma política governamental, levando em conta a soberania nacional. Nem na Constituição soviética há menção específica à presença do capital externo. Isso é burrice”.

Para Medeiros, “a Constituição deve ser perene, ao passo que questões como a presença do capital estrangeiro deve ser regulada por leis, que podem ser alteradas com freqüência. Incluir enunciados

ideológicos numa Constituição é burrice”.

O líder sindical acrescenta que “o capital para investimentos é necessário a qualquer país. Só com capital você aciona o desenvolvimento. Se você não tem capital, pegue-o de fora. Isso não vai atacar sua soberania. Vejam o exemplo do Japão. Fazer o contrário é remar contra a maré. A opção será parar no tempo, como a Albânia. Quem quer ficar só criando carneiros?”. E Medeiros conclui: “Nenhum país é completamente auto-suficiente. É natural que haja intercâmbio de capitais. As necessidades do estômago não perguntam de onde veio o dinheiro que vai fomentar o desenvolvimento”.

Luís Ignácio Lula da Silva, pre-

sidente nacional do Partido dos Trabalhadores e um dos constituintes que votaram pelas restrições, discorda de Medeiros. Para Lula, “não houve grandes restrições ao capital estrangeiro porque o texto aprovado defende o capital nacional muito timidamente. O texto deveria trazer leis mais rígidas, que controlassem a remessa de lucros, mecanismo que precisa ser muito bem vigiado”.

Sem declarar-se formalmente contra o capital estrangeiro, Lula acrescentou que os investimentos externos “devem ter tratamento diferenciado, pois o Governo precisa controlá-lo. O governo não pode permitir a remessa de lucros, não pode permitir a produção de artigos similares aos produzidos aqui.”

Ivaldo Cavalcanti 10.2.87

Arquivo 6.8.87